

# TRE reprova contas de três diretórios estaduais de SP em março

Contas dos três partidos são relativas ao exercício de 2022 e recolhimento é de quase R\$ 80 mil

Em março, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) desaprovou três prestações de contas anuais, referentes aos diretórios estaduais dos partidos Democratas, Cidadania e MDB. As contas são relativas ao exercício de 2022. Ao todo, os recolhimentos ao Tesouro Nacional somam R\$ 79.548,30. Em todos os casos, as decisões foram unânimes e fundamentadas na Resolução TSE nº 23.604/2019.

## Democratas

Na sessão virtual realizada entre os dias 2 e 4 de março, o TRE-SP desaprovou as contas do diretório estadual do Democratas. Entre as irregularidades apontadas estão a extrapolação do limite legal de 60% de gastos com recursos do Fundo Partidário em despesas de pessoal e a ausência de registros de rendimentos de aplicações financeiras na Escrituração Contábil Digital. As falhas somaram R\$

7.089,64, o equivalente a 43,51% da movimentação financeira total do exercício, que foi de R\$ 16.292,95. Para o relator, juiz Cláudio Langroiva, o percentual inviabiliza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Foi determinado o recolhimento de R\$ 7.009 ao Tesouro Nacional, valor que já inclui multa de 5%, além de R\$ 80,64 referentes a recursos de origem não identificada.

## Cidadania

Na sessão presencial de 5 de março, o Tribunal seguiu o relator, juiz Regis de Castilho, e desaprovou as contas do diretório estadual do Cidadania. Entre as irregularidades, destaca-se a aplicação indevida de recursos próprios em valor superior a R\$ 230 mil.

As falhas totalizaram R\$ 362.968,29, mais de 50% da movimentação financeira do



Em todos os casos analisados pelo TRE-SP, ainda cabe recurso por parte das agremiações

exercício. Foi determinado o recolhimento de R\$ 68.487,06 ao Tesouro Nacional, já com multa de 10%.

Também foi definida a suspensão do repasse de recursos do Fundo Partidário devido ao recebimento de valores de origem não identificada. O relator ainda determinou a transferência de R\$ 16.310 para ações voltadas à participação política das mulheres.

## MDB

Entre os dias 16 e 18 de março, em sessão virtual, o TRE-SP desaprovou as contas do diretório estadual do MDB. A principal irregularidade apontada foi a ausência de comprovação de assunção de dívida de campanha no valor de R\$ 547.244,67.

O total de irregularidades chegou a R\$ 560.907,56, cerca de 18% da movimentação financeira do exercício. O relator afastou a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Foi determinado o recolhimento de R\$ 3.634,60 ao Tesouro Nacional, incluindo multa de 10%, além de valores de origem não identificada, o que também resultou na suspensão de repasses do Fundo Partidário.

## Prestação de contas e regras eleitorais

A prestação de contas partidárias é uma exigência da Justiça Eleitoral e tem como objetivo garantir transparência na aplicação de recursos públicos, como o Fundo Partidário. O descumprimento das normas pode resultar em sanções como multas, devolução de valores e suspensão de repasses.

Além disso, em anos eleitorais, as regras se tornam ainda mais rigorosas. Partidos e candidatos devem cumprir prazos definidos pela Justiça Eleitoral, como o registro de candidaturas e a entrega das prestações de contas de campanha.

## Propaganda eleitoral

O calendário eleitoral também estabelece datas importantes para o eleitorado. O prazo para tirar ou regularizar o título de eleitor geralmente se encerra meses antes do pleito, sendo essencial para garantir o direito ao voto.

Já a propaganda eleitoral só é permitida a partir de data específica definida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Antes disso, qualquer divulgação pode ser considerada irregular e sujeita a penalidades.

O cumprimento dessas regras é fundamental para assegurar a lisura do processo eleitoral e a igualdade de condições entre os participantes da disputa.

Em todos os casos analisados pelo TRE-SP, ainda cabe recurso por parte das agremiações. As decisões reforçam a fiscalização sobre o uso de recursos públicos e a importância da transparência na atuação partidária.

# Professores da rede estadual de São Paulo finalizam greve, mas mantêm mobilização

Gov SP/Divulgação

Os professores da rede estadual de São Paulo decidiram em assembleia, na última sexta-feira (10) finalizar a paralisação iniciada na quinta-feira (9). Os docentes optaram por dar andamento a um calendário de ações em todo o estado.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp), a decisão foi tomada por cerca de 10 mil participantes, que avaliaram positivamente a greve, com adesão média de 40% da rede estadual, e definiram a continuidade da luta com a realização de atos, reuniões e ações de mobilização com a comunidade escolar.

Para esta terça-feira (14), está programada uma mobilização a partir das 14h30 na Assembleia Legislativa do Estado de São Pau-

lo (Alesp), onde a categoria pretende acompanhar os debates e pressionar os parlamentares pela retirada de pauta do PL 1.316, que trata da Reforma Administrativa da Educação.

Uma nova assembleia estadual está convocada para o dia 28 de abril, às 15h, na Alesp, quando serão avaliados os próximos passos do movimento.

## Demandas

A categoria reivindica reajuste salarial, aplicação correta do piso nacional como base da carreira, valorização profissional, melhores condições de trabalho e mudanças em políticas educacionais em curso no estado.

A pauta da mobilização inclui ainda outros pontos, como a retirada de pauta do PL 1.316, que



Nas reivindicações estão reajuste salarial e abertura de classes

trata da Reforma Administrativa da Educação e a revogação da Avaliação de Desempenho, considerada injusta pela entidade.

Os professores também pedem abertura de classes para o

ensino regular e educação de jovens e adultos (EJA) no período noturno e de educação especial inclusiva que atenda às necessidades de alunos atípicos e com deficiência.

Outro ponto destacado pela entidade é a implementação da meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a equiparação salarial dos professores da educação básica com outros profissionais de nível superior.

O movimento também questiona a chamada "plataformização do ensino", que se refere à integração intensiva de plataformas de empresas privadas na aprendizagem e na rotina da sala de aula.

Como próximos passos, a categoria reforça a importância da mobilização contínua e do diálogo com a sociedade para ampliar o apoio às reivindicações. Segundo a Apeosp, a participação ativa da comunidade escolar será fundamental para pressionar o poder público e garantir avanços.